

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONVITE Nº 019/2015

O **MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua 20 de Março, 337, Centro, registrado no CNPJ sob o nº 94.706.124/0001-30, nesse ato representado pelo Vice Prefeito em exercício no cargo de Prefeito Municipal, Sr. **Ariberto Quinot**, no uso de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar no **dia 04 de dezembro de 2015, às 09 horas**, na sede da Prefeitura Municipal, procedimento licitatório modalidade **CONVITE**, tipo “menor preço”, regido pela Lei nº 8.666/93 e legislação correlata, destinada à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLDA**, para participação exclusiva de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme a seguir:

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 – É objeto desse edital a contratação de empresa para prestação de serviços de solda para manutenção dos veículos e equipamentos do Município, compreendendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra, conforme descrição abaixo:

1.1.1 – até 700 (setecentas) horas de solda mig;

1.1.2 - até 150 (cento e cinquenta) horas de solda elétrica;

1.1.3 - até 150 (cento e cinquenta) horas de solda oxigênio.

1.2 – Os serviços serão remunerados exclusivamente pela hora efetivamente trabalhada nos veículos ou equipamentos entregues à licitante.

1.3 - A licitante só poderá iniciar os serviços após o recebimento da Autorização de Serviços emitida pelo Município, na qual deverá estar descrito o tipo de serviço a ser realizado, data de emissão, bem como assinatura do responsável. Após o recebimento da Autorização, a licitante tem o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para iniciar os respectivos serviços.

1.4 – Fazem parte integrante da execução do objeto o fornecimento dos materiais a serem utilizados, a mão de obra, equipamentos, ferramentas, utensílios e transporte necessários, seguros de responsabilidade civil que cubram danos pessoais e materiais a terceiros, e ainda, o seguro pessoal utilizado contra riscos de acidentes de trabalho e o cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador, sem quaisquer ônus adicionais ou solidariedade por parte do Município de Travesseiro.

1.5 - Os serviços que não apresentarem condições para uso ou estiverem fora das especificações e condições exigidas não serão aceitos, devendo ser providenciada a realização de novo serviço num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, ensejando aplicação de multa o não cumprimento deste item.

1.6 - O limite de horas de cada item é estimativo, podendo o Município não utilizar o total de horas indicado.

CAPÍTULO II - DA HABILITAÇÃO

2.1 - A habilitação dos licitantes para participarem da presente licitação será determinada pela apresentação dos seguintes documentos:

- a) Contrato social ou equivalente;
- b) Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados;
- c) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual da sede do licitante;
- d) Certidão Negativa de Débito com o FGTS;
- e) Certidão Negativa junto à Fazenda Municipal da sede da licitante;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- g) Declaração de que a empresa não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre nem menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo III do presente edital);
- h) Declaração firmada por contador, de que se **enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte**, conforme modelo constante do Anexo II desse Edital.

2.2 - Os documentos deverão ser em uma única via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou dígitos ilegíveis.

2.3 - Os documentos deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou acompanhadas dos respectivos originais. Ressalva-se que cópias apresentadas em papel FAX não serão aceitas. A autenticação dos documentos poderá ser providenciada diretamente na Prefeitura Municipal.

2.4 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em envelope fechado com a seguinte identificação externa:

**ENVELOPE Nº 1 - DOCUMENTAÇÃO
MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO
CONVITE Nº 019/2015
"NOME DA EMPRESA"**

2.5 - O licitante que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos nas alíneas "b" a "e" do item 2.1 desse Edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 05 (cinco) dias úteis a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

2.6 - O benefício de que trata o item anterior não eximirá o licitante da apresentação de todos os documentos previstos nesse Edital, ainda que apresentem alguma restrição.

2.7 - O prazo de que trata o item 2.5 poderá ser prorrogado uma única vez, por

igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

2.8 - A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 2.5, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no Capítulo VIII deste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

CAPÍTULO III – DA PROPOSTA

3.1 - A proposta deverá ser apresentada em 01 via datilografada, digitada ou preenchida em letra de forma legível, datada e assinada, preferencialmente em papel timbrado, em envelope fechado, isenta de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas.

3.2 - A **validade da proposta** está condicionada à existência dos seguintes tópicos:

a) Descrição completa da empresa (nome, CNPJ, endereço, entre outros);

b) Discriminação do preço com indicação dos valores por hora trabalhada relativos a cada item (1.1.1, 1.1.2 e/ou 1.1.3), obedecendo aos valores máximos abaixo descritos:

b.1) R\$ 81,70 (oitenta e um reais e setenta centavos) por hora trabalhada para o item 1.1.1;

b.2) R\$ 61,70 (sessenta e um reais e setenta centavos) por hora trabalhada para o item 1.1.2;

b.3) R\$ 81,70 (oitenta e um reais e setenta centavos) por hora trabalhada para o item 1.1.3.

3.3 - A validade da proposta é fixada pelo Município em um prazo mínimo 30 (trinta) dias contados da data marcada para a entrega dos envelopes.

3.4 - A não observância das disposições deste capítulo importa na nulidade de toda a proposta apresentada.

3.5 - A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado com a seguinte identificação:

**ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA
MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO
CONVITE Nº 019/2015
"NOME DA EMPRESA"**

CAPÍTULO IV - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

4.1 - A documentação e propostas serão recebidas do representante credenciado do licitante no local, dia e hora assinalados nesse Edital, pela Comissão de Licitações, que obedecerá ao rito estabelecido na Lei 8.666/93, sendo que nenhuma proposta

será recebida posteriormente nem serão permitidos quaisquer adendos ou modificações.

4.2 - A Comissão receberá simultaneamente, do representante do licitante, os envelopes Nº 01 e Nº 02, abrindo imediatamente o Envelope Nº 01. Se não houver recursos, rubricará todos os documentos nele contidos, observando se estão de acordo com o exigido no Capítulo II, e a seguir dará vistas aos interessados presentes, que também os rubricarão. Havendo recursos, estes serão conhecidos pela Comissão.

4.3 - A Comissão poderá suspender a reunião se entender necessário, para maior exame dos documentos apresentados ou dos recursos interpostos. Neste caso fixará dia, hora e local para comunicar o resultado da fase da habilitação. Ocorrendo esta hipótese, a Comissão e os licitantes rubricarão os envelopes contendo a proposta (**ENVELOPE Nº 02**), os quais continuarão em poder da Comissão.

4.4 - Serão inabilitados os licitantes que:

- a) Não atenderem as condições do edital;
- b) Cuja documentação não tenha sido apresentada na forma prescrita nesse Edital, ou quando apresentarem cópias não autenticadas e desacompanhadas das originais das mesmas para autenticação da Comissão.
- c) Apresentarem originais ou cópias de documentos com falhas, rasuras ou ilegíveis.
- d) Deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no item 2.1 ou em desacordo com o Capítulo II.

4.5 - A inabilitação do licitante importa na preclusão do direito de participar das fases subsequentes.

4.6 - Vencida a fase da habilitação e no local, data e hora determinados pela Comissão, serão por ela abertos os **ENVELOPES Nº 02 - PROPOSTA**. Preliminarmente, serão devolvidos, intactos, os **ENVELOPES Nº 02 PROPOSTA** dos licitantes inabilitados. A Comissão e os participantes rubricarão todas as vias dos documentos contidos nos envelopes abertos.

4.7 - A Comissão de Licitações, previamente, procederá à verificação dos cálculos contidos na proposta e constatando erro, procederá a sua correção do seguinte modo:

I - O erro de multiplicação de preço unitário pela quantidade correspondente, terá corrigido seu produto.

II - O erro da adição será retificado tomando as parcelas corrigidas e substituindo o total proposto pelo corrigido.

4.8 - Serão desclassificadas as propostas de licitantes que:

- a) Estiverem em desacordo com as condições estabelecidas nesse Edital.
- b) Contiverem omissões, rasuras, entrelinhas ou forem ilegíveis.
- c) Se basearem em propostas de outros licitantes.
- d) Apresentarem valores por hora trabalhada superiores aos estipulados no item 3.2, alíneas “b.1” a “b.3” deste edital.

4.9 - Dentre as propostas aceitas será vencedora a que apresentar o **menor preço por hora trabalhada** para cada item (1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3) do objeto do presente edital, classificando-se as demais por ordem crescente de preço.

4.10 - Decai do direito de impugnar perante o Município os termos do Edital de Licitação aquele licitante que, o tendo aceitado sem objeção, venha a apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.11 - Na hipótese de empate entre as propostas será aplicado o art. 45, § 2º da Lei de Licitações.

CAPÍTULO V - DOS RECURSOS

5.1 - Dos atos da Comissão de Licitação cabem:

I - recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da publicação do ato ou lavratura da ata nos casos de:

- a)** habilitação ou inhabilitação do licitante;
- b)** julgamento das propostas;
- c)** anulação ou revogação da licitação;

II - representação, no prazo de 02 (dois) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

5.2 - A intimação dos atos referidos no item anterior, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrado em ata, ou via e-mail.

5.3 - Os recursos previstos nas alíneas "a" e "b" do inciso I do item 5.1 terão efeito suspensivo.

5.4 - Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis.

5.5 - Os recursos e a representação devem ser devidamente fundamentados e endereçados à Comissão de Licitação, na pessoa do seu Presidente.

CAPÍTULO VI - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 - O objeto será recebido:

- a)** provisoriamente, por funcionário competente, após o término de cada serviço efetuado;
- b)** definitivamente, 15 (quinze) dias após o recebimento provisório de cada

serviço efetuado, desde que até o momento nada conste em desabono aos mesmos.

CAPÍTULO VII - DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a apresentação da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is), na(s) qual(is) deverá(ão) constar a quantidade de horas e tipo de serviço realizado, acompanhada(s) da Autorização de Serviços emitida pelo Município, bem como a apresentação da Certidão de Regularidade com o FGTS e da Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados.

7.2 - As despesas provenientes desse Edital correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA
2027 - Manutenção Fundo da Agricultura
3.3.3.9.0.30.00.000000 - Material de Consumo (178)
3.3.3.9.0.30.39.000000 - Material para Manutenção de Veículos (71022)
3.3.3.9.0.30.52.000000 - Material para Manutenção de Máquinas e Equipamentos (71059)
3.3.3.9.0.39.00.000000 - Outros Serviços de Terceiros - PJ (181)
3.3.3.9.0.39.19.000000 - Manutenção e Conservação de Veículos (71024)
3.3.3.9.0.39.17.000000 - Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (71021)

08.01 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
2031 - Conservação de Veículos e Máquinas
3.3.3.9.0.30.00.000000 - Material de Consumo (207)
3.3.3.9.0.30.39.000000 - Material para Manutenção de Veículos (81022)
3.3.3.9.0.30.52.000000 - Material para Manutenção de Máquinas e Equipamentos (81071)
3.3.3.9.0.39.00.000000 - Outros Serviços de Terceiros - PJ (208)
3.3.3.9.0.39.19.000000 - Manutenção e Conservação de Veículos (81024)
3.3.3.9.0.39.17.000000 - Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (81044)

CAPÍTULO VIII - DAS PENALIDADES

8.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto desse Edital a Administração poderá, garantida prévia defesa, aplicar ao licitante vencedor as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa na forma prevista no item 8.3;
- III - rescisão do contrato;
- IV - suspensão do direito de licitar junto ao Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- V - declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o Município.

8.2 - A critério da autoridade competente, a aplicação de quaisquer penalidades acima mencionadas acarretará perda da garantia e todos os seus acréscimos.

8.3 - Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido do contrato, quando o licitante vencedor:

- a) prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;
- b) subcontratar, transferir ou ceder obrigações, no todo ou em parte a terceiros,

sem prévia autorização do Município;

c) executar os serviços em desacordo com as especificações ou normas técnicas, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;

d) desatender às determinações da fiscalização;

e) cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão de infração cometida;

f) não iniciar a execução da obra no prazo fixado;

g) não concluir a execução da obra no prazo fixado;

h) recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte, os serviços ou fornecimento contratados;

i) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que por imprudência, negligência, imperícia, dolosamente ou não, venha a causar danos à contratante ou a terceiros, independente da obrigação da contratada em reparar os danos causados;

j) recusar-se a assinar o contrato a ser firmado em decorrência da presente licitação;

k) descumprir qualquer das obrigações previstas nesse Edital ou no contrato a ser firmado.

8.4 - A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir comunicado por escrito ao licitante vencedor.

8.5 - As multas serão descontadas dos pagamentos ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

8.6 - Sem prejuízo de outras sanções, aplicar-se-á ao licitante pena de suspensão do direito de licitar com o Município pelo prazo de até 02 (dois) anos, em conformidade com a gravidade da falta cometida.

8.7 - Quando o objeto não for entregue, no todo ou parcialmente, dentro dos prazos estipulados, a suspensão do direito de licitar será automática e perdurará até que seja feita a entrega do objeto na sua totalidade, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e nesse Edital.

8.8 - O Município restará penalizado, por eventual atraso no pagamento, a corrigir monetariamente o preço ajustado pelo índice do IGPM-FGV ou outro índice oficial que vier a substituí-lo e a fazer incidir juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde a data entabulada para pagamento até a sua efetivação.

CAPÍTULO IX - DO LOCAL E HORÁRIOS PARA INFORMAÇÕES

9.1 - Informações referentes a esse Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, de segundas às sextas-feiras, durante o horário de expediente (item 9.1.1) ou pelo fone (item 9.1.2):

9.1.1 - Horário: Manhã - 08h às 11h30min

Tarde - 13h30min às 17h

9.1.2 - Fone: (51) 3759-1122

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A Administração Municipal poderá optar por apenas uma proposta, rejeitá-las todas, anular ou revogar a Licitação nos casos previstos em Lei sem que, por este motivo, tenham os licitantes direito a qualquer reclamação ou indenização.

10.2 - Os casos omissos relacionados ao presente Edital serão dirimidos pela Comissão de Licitações, observando-se as disposições da Lei 8.666/93.

10.3 - São anexos desse Edital: Anexo I - Minuta de contrato; Anexo II - Modelo de declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa; Anexo III - Declaração conforme disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Travesseiro, 25 de novembro de 2015.

ARIBERTO QUINOT

Vice Prefeito em exercício no cargo
de Prefeito Municipal

Esse Edital foi revisado e encontra-se aprovado, quanto à forma, por essa Assessoria Jurídica.
Em 25/11/2015.

EVANDRO WEISHEIMER
Assessoria Jurídica

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO

CONVITE 019/2015

Pelo presente instrumento vem o **MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua 20 de Março, 337, Centro, registrada no CNPJ sob o nº 94.706.124/0001-30, nesse ato representado pelo Vice Prefeito em exercício no cargo de Prefeito Municipal, Sr. **Ariberto Quinot**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e **LICITANTE VENCEDORA**, com sede na, inscrita no C.N.P.J. sob o número, nesse ato representada por seu sócio administrador, Sr., portador do CPF..., doravante denominada apenas de **CONTRATADA**, firmar o presente Contrato de Prestação de Serviços, o que fazem com base nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Prestação de serviços de solda para manutenção dos veículos e equipamentos do Município, compreendendo o fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra, conforme descrição abaixo:

1.1.1 – até 700 (setecentas) horas de solda mig;

1.1.2 – até 150 (cento e cinquenta) horas de solda elétrica;

1.1.3 – até 150 (cento e cinquenta) horas de solda oxigênio.

1.2 – Os serviços serão remunerados exclusivamente pela hora efetivamente trabalhada nos veículos ou equipamentos entregues à **CONTRATADA**.

1.3 - A **CONTRATADA** só poderá iniciar os serviços após o recebimento da Autorização de Serviços emitida pelo **CONTRATANTE**, na qual deverá estar descrito o tipo de serviço a ser realizado, data de emissão, bem como assinatura do responsável. Após o recebimento da Autorização, a **CONTRATANTE** tem o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para iniciar os respectivos serviços.

1.4 – Fazem parte integrante da execução do objeto pela **CONTRATADA** o fornecimento dos materiais a serem utilizados, a mão de obra, equipamentos, ferramentas, utensílios e transporte necessários, seguros de responsabilidade civil que cubram danos pessoais e materiais a terceiros, e ainda, o seguro pessoal utilizado contra riscos de acidentes de trabalho e o cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador, sem quaisquer ônus adicionais ou solidariedade por parte do **CONTRATANTE**.

1.5 - Os serviços que não apresentarem condições para uso ou estiverem fora das especificações e condições exigidas não serão aceitos, devendo a **CONTRATADA** providenciar a realização de novo serviço num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, ensejando aplicação de multa o não cumprimento deste item.

1.6 – O limite de horas de cada item é estimativo, podendo o **CONTRATANTE** não utilizar o total de horas indicado.

1.7 - É permitida a subcontratação para a realização do objeto desse contrato desde que autorizada pelo **CONTRATANTE**, reservando-se esse poder de veto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO

2.1 - O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor de **R\$** por hora trabalhada para o item (1.1.1, e/ou 1.1.2 e/ou 1.1.3) descrito na CLÁUSULA PRIMEIRA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a apresentação da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is), na(s) qual(is) deverá(ão) constar a quantidade de horas e tipo de serviço realizado, acompanhada(s) da Autorização de Serviços emitida pelo Município, bem como a apresentação da Certidão de Regularidade com o FGTS e da Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados.

3.2 – As despesas provenientes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA
2027 – Manutenção Fundo da Agricultura
3.3.3.9.0.30.00.000000 – Material de Consumo (178)
3.3.3.9.0.30.39.000000 – Material para Manutenção de Veículos (71022)
3.3.3.9.0.30.52.000000 – Material para Manutenção de Máquinas e Equipamentos (71059)
3.3.3.9.0.39.00.000000 – Outros Serviços de Terceiros - PJ (181)
3.3.3.9.0.39.19.000000 – Manutenção e Conservação de Veículos (71024)
3.3.3.9.0.39.17.000000 – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (71021)

08.01 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS
2031 - Conservação de Veículos e Máquinas
3.3.3.9.0.30.00.000000 – Material de Consumo (207)
3.3.3.9.0.30.39.000000 – Material para Manutenção de Veículos (81022)
3.3.3.9.0.30.52.000000 – Material para Manutenção de Máquinas e Equipamentos (81071)
3.3.3.9.0.39.00.000000 – Outros Serviços de Terceiros - PJ (208)
3.3.3.9.0.39.19.000000 – Manutenção e Conservação de Veículos (81024)
3.3.3.9.0.39.17.000000 – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (81044)

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

- a)** executar os serviços descritos na CLÁUSULA PRIMEIRA dentro das condições técnicas exigidas, com zelo, probidade, eficiência e responsabilidade;
- b)** manter um corpo profissional habilitado para a prestação dos serviços contratados;
- c)** responsabilizar-se pelas consequências dos atos de seus sócios, funcionários ou prepostos que agirem com imprudência, negligência ou imperícia na realização dos serviços ora contratados;
- d)** apresentar as certidões de regularidade com o FGTS, INSS e comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciário de seus funcionários;
- e)** disponibilizar ao **CONTRATANTE**, para verificação e análise, todos os documentos envolvendo o objeto desse contrato;
- f)** observar os prazos estipulados pelo **CONTRATANTE** para a apresentação de documentos e notas fiscais;
- g)** concluir as obras no prazo estipulado do parágrafo primeiro da cláusula primeira.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 - São obrigações do CONTRATANTE:

- a)** emitir a Autorização de Serviços;
- b)** realizar o pagamento no prazo fixado.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES – Além das penalidades previstas na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93) e no Edital Convite 019/2015, sujeita-se a **CONTRATADA** às seguintes penalidades:

6.1 - Pela inexecução total ou parcial de contrato a **CONTRATADA** sujeita-se, garantida prévia defesa, às seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa na forma prevista no item **6.2**;
- III - rescisão do contrato;
- IV - suspensão do direito de licitar junto ao **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- V – declaração de inidoneidade para contratar ou transacionar com o **CONTRATANTE**.

6.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido do contrato quando a **CONTRATADA**:

- a)** prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização;
- b)** subcontratar, transferir ou ceder obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização do **CONTRATANTE**;
- c)** executar os serviços em desacordo com as especificações ou normas técnicas, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
- d)** desatender as determinações da fiscalização;
- e)** cometer qualquer infração as normas legais federais, estaduais e municipais, por meios culposos e/ou dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo, encargos sociais, ou previdenciários, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão de infração cometida, cabendo ao **CONTRATANTE** o direito de exigir a Folha de Pagamento dos empregados a qualquer momento;
- f)** ocasionar, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, por ato dos sócios, prepostos ou empregados, danos ao patrimônio do **CONTRATANTE** ou de terceiros, independentemente da obrigação da **CONTRATADA** em reparar os danos causados.
- g)** não iniciar a execução da obra no prazo fixado;
- h)** não concluir a execução da obra no prazo fixado;
- i)** recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte, os serviços ou fornecimento contratados;
- j)** descumprir qualquer das obrigações previstas no Edital ou no contrato a ser firmado.

6.3 - A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir será comunicado por escrito pela fiscalização à **CONTRATADA**.

6.3.1 - As multas serão descontadas dos pagamentos e, quando for o caso, cobradas judicialmente.

6.4 - Sem prejuízo de outras sanções, aplicar-se-á à **CONTRATADA** a pena de suspensão do direito de licitar junto ao **CONTRATANTE** pelo prazo de até 02 (dois) anos.

6.5 – O **CONTRATANTE** restará penalizado, por eventual atraso no pagamento, a corrigir monetariamente o preço ajustado pelo índice do IGPM-FGV ou outro índice oficial que vier a substituí-lo e a fazer incidir juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde a data entabulada para pagamento até a sua efetivação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 - Esse contrato terá vigência por 1 (um) ano contado da assinatura, sendo possível sua prorrogação.

Parágrafo Primeiro – A critério do **CONTRATANTE**, verificada a presença de oportunidade, conveniência e interesse público, poderá ser procedida a prorrogação do presente contrato por períodos iguais e sucessivos, nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.

Parágrafo Segundo - Havendo prorrogação, os valores ajustados na CLÁUSULA SEGUNDA poderão ser atualizados objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, devendo ser comprovadas as eventuais modificações nos custos da **CONTRATADA**, sendo possível, inclusive, fixar-se valor menor do atualmente estipulado.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO – O contrato poderá ser rescindido:

I – Por iniciativa do **CONTRATANTE**, independente de notificação judicial ou extrajudicial, se a **CONTRATADA**:

- a)** deixar de cumprir qualquer das obrigações aqui estipuladas;
- b)** subcontratar, transferir ou ceder a terceiros o objeto desse contrato sem prévia autorização do **CONTRATANTE**;
- c)** demonstrar incapacidade técnica ou má-fé;

II – Por acordo entre as partes, atendida a conveniência do **CONTRATANTE**, mediante termo próprio e restando quitadas todas as obrigações pendentes.

Parágrafo Único – Poderá o **CONTRATANTE** rescindir unilateralmente o contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, em razão de interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A interpretação do presente instrumento fica condicionada ao disposto nas normas gerais de Direito Público vigentes, principalmente a Lei 8.666/93.

9.2 – Aplica-se ao presente contrato, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições, cláusulas e propostas apresentadas no processo licitatório – Convite 019/2015.

9.3 - Toda e qualquer modificação desse instrumento somente poderá ser realizada mediante aditamento, desde que observadas às disposições legais pertinentes.

9.4 – A **CONTRATADA** assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do presente contrato, sejam de natureza trabalhista, ambiental, civil, fiscal, previdenciária ou comercial, inexistindo qualquer solidariedade do **CONTRATANTE** relativamente a esses encargos ou a eventuais prejuízos causados a terceiros pelos sócios, empregados ou prepostos da **CONTRATADA**.

9.5 - As partes elegem o Foro da cidade de Arroio do Meio/RS para dirimir qualquer dúvida sobre a interpretação desse instrumento.

E por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos.

Travesseiro,dede 2015.

MUNICÍPIO DE TRAVESSEIRO

Ariberto Quinot
VICE PREFEITO MUNICIPAL
EM EXERCÍCIO NO CARGO DE
PREFEITO MUNICIPAL

LICITANTE VENCEDORA

.....
SÓCIO-ADMINISTRADOR

Testemunha: _____
CPF:

Testemunha: _____
CPF:

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVA.

_____(nome da empresa)_____, inscrita no CNPJ nº_____, por intermédio de seu contador o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e CPF nº_____ DECLARA , para fins do disposto no item 2.5 e 2.5.1 do Edital de Licitações, modalidade **Convite nº 019/2015**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob pena da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

(☐) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I, Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

(☐) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II, Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

(☐) **COOPERATIVA**, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123/2006;

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do Art. 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

(localidade), ____de ____de 2015.

Contador e nº CRC

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um "X", ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.

ANEXO III

MODELO: EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: **CONVITE Nº 019/2015**

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)